

Quarta-feira, 10 de agosto de 2022



Artigo

## Uma andorinha só não faz verão



Caros leitores,

Os incentivos fiscais e as políticas públicas para a cultura são formas de devolver ao cidadão o que ele pagou em impostos, elevando seu nível cultural e cognitivo, além de propiciar reflexões. Durante muito tempo vimos algumas ações públicas de incentivo atingirem apenas uma pequena parcela, tanto de ativistas culturais, quanto de público alvo. A cultura deve ser para todos, em uma ação democrática. Mas, o que vemos são ações desarticuladas e descontinuas, sem planejamento, não obtendo os resultados esperados.

Militamos no meio cultural desde 1974, quando subimos ao palco pela primeira vez no dia 5 de agosto daquele ano, com a peça "O Urso", de Anton Tchecov, no Cine Teteia, sendo que, em 1975, o cinema foi transformado em Teatro Cacilda Becker, localizado na rua 14 nº 407, esquina da av. 23, mantido pelo TEB - Teatro Experimental de Barretos. Demolido,

hoje, é apenas, o quintal de uma residência.

Ao longo desta vivência cultural, por incrível que pareça, deparamos com incentivos fiscais somente na década de 1990, quando houve a Lei 2.791, mais conhecida como "Lei Cezar Gontijo", na gestão do dr. Nelson James, com a renúncia fiscal de 5% do IPTU arrecadado. O benefício propiciou a destinação de recursos para a execução de projetos culturais, em toda sua diversidade. Durante dois anos a Lei funcionou a contento, no entanto, desandou e vários projetos aprovados não viram a cor do dinheiro. No último dia de sua gestão, o prefeito distribuiu 'bônus', circundado por uma moldura preta, que mais parecia um comunicado fúnebre. Os quais foram resgatados pelos agentes culturais, através de ações judiciais, cerca dez anos após. Digamos: "foi bom, mas logo acabou". Mais recentemente, em 2014, em uma parceria MinC - Ministério da Cultura, CIC - Consórcio Intermunicipal Culturando e Prefeitura de Barretos, através do Projeto Culturando de fomento à cultura, com duração de três anos. Primeiro ano, tudo bem. Os dois anos seguintes foram abortados. Digamos: "foi bom, mas logo acabou".

Certa vez o prefeito Ibraim Martins da Silva, disse-nos em um

encontro no Centro Cultural "Osório Faleiros da Rocha", o nosso "Cine Barretos", hoje desativado, quando apresentávamos uma peça teatral, que certas atividades, entre elas, as artes, existem na cidade mesmo sem a ajuda do poder público. Concordamos. Somos resilientes, enfrentamos todas as dificuldades, para mantemos de pé o nosso propósito, o nosso ideal. Passa ano, vem ano, as artes e as atividades culturais se mantêm vivas em nossa "Chão Preto", porque a cidade tem seus aficionados: tem aquele que pinta, que canta, que dança, que representa, que escreve e outras atividades afins, numa demonstração de seus valores. Muitos tiram dinheiro do próprio bolso para manter sua arte e fomentar a atividade na comunidade.

Desta forma, os grupos teatrais, os artistas plásticos, os conservatórios musicais, os Clubes Sociais, grupos musicais e folclóricos, grupos de capoeira, as academias ABC e ALAB e, recentemente o Coletivo ReliArtes e o Instituto Mark's, além de outros que vêm despontando no cenário cultural contribuem para o enriquecimento intelectual de nosso povo.

Nas várias gestões do Conselho Municipal

de Cultura, foi discutido que o poder público teria de mapear os grupos culturais e os artistas individuais, uma espécie de censo, para através de um estudo profundo das necessidades da classe cultural delinear um plano de ação, visando levar a arte e a cultura "aonde o povo está", como diz Fernando Brant em sua música 'Nos bailes da vida', conduzindo seus 'fazedores de cultura', que não são poucos, até às escolas, centros comunitários, etc.

No dia 21 de junho o vereador Rodrigo Malaman convocou uma Audiência Pública sobre cultura na Câmara Municipal, convidando os ativistas da área. Infelizmente não pudemos comparecer, devido a uma cirurgia recente para retirada de um tumor no intestino. No entanto, assistimos o debate via transmissão na TV Câmara, classificando-o de suma importância para o encaminhamento dos afazeres culturais. Outros encontros serão necessários para que as ideias não caiam no esquecimento.

Para que isto aconteça é primordial a união de todos, poder público, agentes e atores culturais, pois 'uma andorinha só não faz verão'.

*José Antonio Merenda  
 Ator, escritor, historiador e  
 membro da ABC - Academia  
 Barretense de Cultura -  
 Cad. 29*